



prestação jurisdicional, em caráter temporário ou permanente, desde que mediante a destinação de cargos já existentes, sem aumento da despesa”.

**CONSIDERANDO** que o desempenho de atribuições por juízes leigos remunerados perante as Turmas Recursais reclama a atuação de juízes togados em número suficiente para processar os projetos de votos que serão produzidos, bem assim para que se assegure o incremento do número de sessões de julgamento realizadas;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** As Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Ceará contarão, cada uma, com a atuação de 3 (três) juízes suplentes, os quais ficarão vinculados a cada um dos juízes titulares lotados nos respectivos órgãos jurisdicionais, seus respectivos gabinetes e acervos por distribuição, substituindo-os em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos, bem assim atuando em regime de auxílio na prática de atos jurisdicionais.

**Art. 2º** Os juízes suplentes de que trata esta Resolução serão designados por ato da Presidência do Tribunal de Justiça, mediante indicação da Coordenação do Sistema Estadual dos Juizados Especiais, ouvido, quando necessário, o Diretor do Fórum da comarca de Fortaleza, podendo atuar com ou sem prejuízo de suas atribuições originárias, pelo prazo que for determinado por ocasião da designação.

**Art. 3º** A realização de sessões de julgamento das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Ceará exclusivamente com a atuação de juízes suplentes será disciplinada pelo Regimento Interno das Turmas Recursais.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Plenário Conselheiro e Desembargador Bernardo da Costa Dória, em Fortaleza, em 06 de junho de 2019.

Des. Washington Luís Bezerra de Araújo – Presidente  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes  
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira  
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo  
Des. Jucid Peixoto do Amaral  
Des. Durval Aires Filho  
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto  
Des. Carlos Alberto Mendes Forte  
Des. Teodoro Silva Santos  
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite  
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes  
Desa. Maria Edna Martins  
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves  
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

**PROVIMENTO Nº 18/2019**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e dando atendimento ao que consta do Processo Administrativo nº 8500196-67.2019.8.06.0064, oriundo da Comarca de Caucaia-Ce,

**RESOLVE:**

**Art. 1º- DESTITUIR ROSILENE PEREIRA COSTA ARAÚJO** da função de suplente de **Juiz de Paz** (nomeada conforme o Provimento nº 03/1998, publicado no Diário da Justiça em 12.05.1998).

**Art. 2º- DESIGNAR AMANDA DA SILVA ARAÚJO** como suplente de **Juiz de Paz**, para presidir as cerimônias de casamento civil cujos processos de habilitação tenham expediente no Cartório Brito Ramos 1º Ofício da Comarca de Caucaia-CE, até a instalação da Justiça de Paz no Estado do Ceará.

**Art. 3º-** Aplicam-se às designações constantes deste Provimento as demais disposições do Provimento 01/98, de 8 de abril de 1998, publicado no Diário da Justiça de 15 de abril de 1998.

**Art. 4º-** Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de junho de 2019.

**Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO**  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA